



Articulação da Memória Discursiva no Texto Opinativo¹

Ana Claudia Silva MIELKI²

Escola de Comunicação e Artes (ECA), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

RESUMO

Em se tratando dos produtos de mídia, em especial do texto jornalístico, as operações de posicionamentos dos sujeitos emergem na escolha do gênero, do estilo e na forma como os enunciados são articulados em relação a uma memória discursiva, o “já sempre aí” do discurso: o interdiscurso. Para fins deste trabalho, nossa meta é mostrar como os textos opinativos realizam suas operações de articulação de uma memória discursiva, a partir da noção de gênero, do uso de determinados enunciados, aqui entendidos como enunciados concretos, e a partir do uso da imagem. Para isso, a análise parte do texto “Invertendo a verdade”, publicado no jornal A GAZETA, do Espírito Santo, em 25 de julho de 2006.

PALAVRAS-CHAVE: discurso, interdiscurso, memória, jornalismo, gênero opinativo.

CORPO DO TRABALHO

*“O texto é um tecido de citações, saídas
dos mil focos da cultura”
Roland Barthes*

Quando nos deparamos com um texto, seja ele verbal ou imagético, quase sempre temos a impressão de que, ainda que tal texto esteja sendo lido pela primeira vez, há sempre algo que com ele nos relaciona, que nos parece familiar e que nos faz entendê-lo. Essa experiência, de enxergar no texto conexões com conhecimentos já adquiridos, com saberes já vividos, é o que nos permite decodificá-lo e compreendê-lo.

Por um lado, a experiência de compreensão de um texto é possível em virtude da familiaridade estabelecida com a língua, ou seja, pelo fato de estarmos inseridos dentro de uma mesma teia linguística o que nos permite reconhecer a regularidade do código e decodificá-lo. No entanto, não basta estarmos inseridos dentro de uma mesma teia linguística para compreender os fatos do mundo.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM). Escola de Comunicação e Artes (ECA), Universidade de São Paulo (USP); bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Email: anamielki@yahoo.com.br



A língua não é estática, é mutável e dependente das relações sociais que se estabelecem entre os sujeitos e as condições históricas de sua manifestação. Logo, é preciso um compartilhamento de universos não apenas em um aspecto linguístico – conhecimento do código –, mas também num aspecto metalinguístico, no sentido proposto por Bakhtin, como aquele aspecto do discurso que ultrapassa os limites linguísticos (2008).

Em outras palavras, a compreensão de um discurso pressupõe, primeiramente, a existência de uma “comunidade discursiva”, na qual os sujeitos são sempre chamados a compartilhar de um universo que emerge como um “já sempre aí” e a reconhecer no enunciado algo que aparece como “se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’” (PECHÊUX, 1988, p. 156). Esse “jogo” Pêcheux batizou de efeito do pré-construído.

O próprio sujeito só se constitui na medida de sua relação com um também “já sempre aí” que lhe interpela enquanto tal. Esse sujeito não é nunca originado em si mesmo, é sempre constituído a partir de uma relação com o Outro (simbólico). Neste sentido, o sujeito não é nunca origem do sujeito, assim como o sujeito do discurso não é nunca origem do sujeito do discurso³, ele é sempre constituído *no e pelo* discurso (Ibidem, p. 158). Os sujeitos são constituídos no discurso na medida de suas posicionalidades no próprio discurso, ou seja, na forma como suas posições estão ali correlacionadas.

Em se tratando dos produtos de mídia, em especial do texto jornalístico, as operações de posicionamentos dos sujeitos emergem na escolha do gênero, do estilo e na forma como os enunciados são articulados em relação a uma memória discursiva. O “já sempre aí” do discurso, o *interdiscurso*, aparece como operador da memória que emerge no texto.

Para fins deste trabalho, nossa meta é mostrar como os textos opinativos realizam suas operações de articulação de uma memória discursiva, a partir da noção de gênero, do uso de determinados enunciados, aqui entendidos como enunciados concretos, e a partir do uso da imagem. Para isso, a análise parte do texto “Invertendo a verdade”, publicado no jornal A GAZETA⁴, em 25 de julho de 2006.

³ Discussão feita por Pêcheux ao questionar o “efeito Münchhausen”, fábula a respeito do Barão de Münchhausen, que teria salvado a si mesmo e a seu cavalo, que atolavam num pântano, puxando-se para fora pelos próprios cabelos.

⁴ O jornal A Gazeta é um veículo diário de informação, que circula em todo o Estado do Espírito Santo. Possui uma tiragem média de 50 mil exemplares aos domingos e 25 mil nos outros dias da semana.



GÊNERO

É importante destacar que o gênero discursivo é um conjunto de enunciados relativamente estáveis em uma determinada esfera da atividade humana no qual, tanto “o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação” (BAKHTIN, 2003, p. 262).

No texto em análise, há uma fusão de vários gêneros discursivos, podendo ser assim considerado como uma mídia diferenciada (FERNANDES, 2006). Não vamos trabalhar aqui com o conceito de mídia para designar o texto, uma vez que já estamos usando o termo para significar meios de comunicação. No entanto, é relevante entender o conceito de gêneros integrados para estabelecer diferenciações e localizar o texto da análise no âmbito daquilo que seria uma mídia diferenciada “porque em geral, dirigem-se aos leitores muito interessados na busca de significações complexas dos acontecimentos sociais ou das mais diversas questões relativas à condição humana que afloram no ato da leitura” (Ibidem, p. 122).

Essa consideração é importante, pois de princípio já estabelece que o texto usado na análise, além de envolver diferentes tipos de gêneros discursivos, está direcionado a um tipo específico de leitor presumido, capaz de articular os determinados gêneros e envolvê-los numa trama interdiscursiva. Cabe ressaltar que esse é um leitor do caderno de *Opinião*, onde o texto fora publicado, sendo, portanto, um leitor capaz de aferir os diferentes sistemas de códigos presentes no jornal para emitir uma opinião a partir deles.

A ideia de um leitor presumido é um conceito central na obra de Bakhtin, ainda que os termos para tal ideia apareçam de formas diferentes em sua obra. Esse é o fundamento de seu conceito de dialogismo, segundo o qual o texto não é fruto de uma consciência individualizada do autor⁵, mas de uma relação consciente, estabelecida no ato de produção do texto, entre o autor e seu “duplo”. O duplo, neste caso, pode ser entendido como sua realidade concreta imediata: o Outro.

Umberto Eco sintetizou muito bem essa ideia ao falar da existência de um leitor que não emerge apenas no processo de recepção da mensagem, ou seja, que não emerge apenas na decodificação, mas que está presente já durante o mecanismo gerativo da produção. A esse leitor presumido, Eco chamou de leitor-modelo.

⁵ Para fins deste trabalho estamos usando o binômio autor/leitor, mas estes devem ser considerados como sujeitos constituídos *no e pelo* discurso.



Para organizar a própria estratégia textual, o autor deve referir-se a uma série de competências (expressão mais vasta do que ‘conhecimento de códigos’) que confirmam conteúdo às expressões que usa. Ele deve aceitar que o conjunto de competências a que se refere é o mesmo a que se refere o próprio leitor. Por conseguinte, preverá um Leitor-Modelo capaz de cooperar para a atualização textual como ele, o autor, pensava, e de movimentar-se interpretativamente conforme ele se movimentou gerativamente (ECO, 2002, p. 39).

Essas competências às quais Eco se refere estão diretamente ligadas às formas de construção do texto. A primeira delas é a competência linguística, da qual falamos ao introduzir este texto, que se refere ao conhecimento do código da língua; é também necessária a competência enciclopédica, conhecimento fundamental para a compreensão dos textos; e o conhecimento genérico relativo à percepção de certas coerções na escrita que localizam o texto num determinado plano de atividade humana, permitindo que o leitor se posicione em relação ao texto de uma e não de outra forma. É o que permite inferir, por exemplo, que o texto analisado pertence ao gênero opinativo dentro do tipo de discurso jornalístico.

Os gêneros do discurso organizam o nosso discurso quase da mesma forma que o organizam as formas gramaticais (sintáticas). Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo de fala (BAKHTIN, 2003, p. 283).

Retomando a questão dos gêneros integrados, chama-nos a atenção a articulação de um gênero opinativo, comum em artigos e editoriais de opinião dos jornais, cuja forma costuma deixar explícito que se trata de uma opinião (um lado dos fatos), com um gênero discursivo de tipo histórico, comum no discurso da História, onde o objetivo final é construir consenso sobre um fato que aconteceu como se ele fosse a “realidade”, ainda que tal fato esteja sendo construído a partir da visão de quem o está contando.

No texto analisado, o que nos chamou a atenção foi a maneira como o autor articulou os gêneros discursivos opinativo e histórico, inserindo enunciados que imprimem sua visão de mundo e articulando-os a um estilo irônico de construção discursiva. Em geral, o texto descreve em tom de ironia as contradições daquilo que o autor nomeia de *esquerdas*. Ao mesmo tempo em que critica aqueles que condenam o enriquecimento, tenta afirmar as contradições inerentes a esse grupo, colocando a figura



do presidente Lula como ponto central dessa contradição na medida em que o presidente teria, segundo o autor, enriquecido mesmo que pertencendo ao grupo que o próprio autor denomina de *esquerdas*.

O gênero opinativo aparece marcado na escolha de algumas palavras que colocam o autor na condição de alguém que julga, deixando, portanto, de lado, a premissa da imparcialidade e da objetividade. A escolha das palavras *burra* e *malandra* posiciona o autor diante do fato, como pode ser observado já no primeiro parágrafo quando diz:

*“Foi sob essa forma burra, malandra, de se inverter a verdade, os valores [...]”*⁶.

Por outro lado, o gênero do discurso histórico, que aparece em pelo menos três parágrafos, é um pouco mais ambíguo, justamente por aparecer, sob a faceta da veracidade histórica, porém mesclado a inferências do autor, como podemos ver no trecho destacado a seguir:

“A conquista do poder pela massa ignara (assembleia de operários), que destruía tudo que encontrava pela frente, levava, em outubro daquele ano, um governo revolucionário chefiado por Lênin a distribuir terras com os camponeses (os sem-terra de lá) e a passar a administração das fábricas aos operários”.⁷

Note-se que, ainda que haja uma tentativa de garantir ao texto uma legitimidade histórica, a oração “que destruía tudo que encontrava pela frente” aparece como um aposto e funciona como uma consideração do autor acerca do fato de a assembleia de operários ter chegado ao poder naquele ano de 1917. A opinião explícita do autor, colocada como aposto entre orações, revela sua tentativa de conduzir o leitor a uma visão da história a partir da sua.

Mesclando os gêneros, o autor consegue um efeito de sentido e veracidade que se compõe a partir da noção de verdade que um dado histórico carrega consigo. Em outras palavras, a integração de gêneros discursivos passa a fazer parte da significação profunda das mensagens (FERNANDES, 2006).

⁶ MENDONÇA, G. Uchoa. Invertendo a verdade. A GAZETA, Vitória, p. 3, 25 de jul. 2006.

⁷ Ibidem.



Ainda que o autor do texto não seja um historiador, o fato de recorrer a uma narrativa histórica como forma de “esclarecer os fatos”, o coloca numa posição privilegiada de conhecedor da verdade no processo comunicativo. É interessante como o autor estabelece um jogo a partir do conceito de *verdade*. Ele brinca com o título do texto ao dizer “Invertendo a verdade” para afirmar, já no primeiro parágrafo, que alguém inverteu de forma malandra uma verdade, segundo ele: “a natureza de cada um em construir seu patrimônio”. Essa é a verdade do autor, a tese que ele vai defender ao longo do texto.

O processo de significação se constroi no entrelaçamento de gêneros. Não se trata, a princípio, de questionar se os dados históricos (o conteúdo) apresentado pelo autor são verdadeiros ou falsos, mas o fato de o autor lançar mão de uma narrativa histórica para construir um sentido em seu texto e, assim, digamos, comprovar sua tese.

Além do gênero, é interessante também destacar os aspectos do estilo, sendo esse indissolúvelmente ligado à forma de enunciar, na medida em que se liga à escolha dos enunciados e seu posicionamento no âmbito das coerções do gênero.

A vontade discursiva do autor cria uma forma de se relacionar com o leitor-modelo, e isso interfere na forma como o autor vai organizar o texto e determina seu gênero. Já a organização em seus aspectos formais constitui um estilo. “O estilo integra a unidade de gênero do enunciado como seu elemento” (BAKHTIN, 2003, 266).

Considerando, portanto, o estilo como o conjunto operante de procedimentos de acabamento, ele também vai depender da forma como o autor presume o seu leitor, como ele vai responder àquilo que está sendo enunciado. Eco chama esse exercício de previsão dos movimentos do outro de estratégia discursiva, em analogia a uma estratégia militar em que “cada lado projeta o modelo de seu adversário” (2002, p. 39).

A memória discursiva é simbolicamente manipulada pela memória do autor, que, por sua vez, opera sempre de uma forma a prever a memória de seu leitor. Assim, há uma memória discursiva que é “convidada” a fazer parte de uma operação de lembrança.

PALAVRA

Durante um processo de construção discursiva, a escolha das palavras determina os sentidos que serão construídos ao longo do texto. No entanto, tal escolha não pode ser considerada apenas do ponto de vista semântico-gramatical, ou seja, a partir do



sentido das palavras aprisionado pelo dicionário. As palavras são mutáveis, seus sentidos relacionam-se com a história e os sujeitos falantes.

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em “si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 1988, p.160).

Introduzindo aqui a noção de *formação ideológica*, isso implica dizer que “as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (Ibidem). E é esta instância presente no discurso que fornece as palavras ao mesmo tempo em que oferece seu sentido. É assim que, o sentido concreto das palavras só pode ser estabelecido no processo de enunciação, ou seja, como unidade da comunicação discursiva, como *enunciado concreto* (BAKHTIN, 2003).

Tanto a palavra *professor*, que aparece entre aspas, quanto a palavra *sem-terra* são enunciados concretos, pois só podem ser entendidas na existência de uma formação discursiva implicada no texto. Por formação discursiva, entendemos aquilo que, numa conjuntura de disputa ideológica no interior de um discurso, determina o que pode e dever ser dito (PÊCHEUX, 1988).

A expressão entre parênteses, *os sem-terra de lá*, que aparece no segundo parágrafo do texto, revela-se como exemplo de um enunciado concreto. Isso porque a escolha desse enunciado concreto mostra a expectativa do autor em dialogar com uma parcela dos leitores que conhece a realidade da luta pela terra no Brasil e integram a mesma formação discursiva.

O uso da expressão *sem-terra* complementa a ideia de que o autor, enquanto sujeito do discurso, se posiciona de uma forma a construir seu texto endereçado a um tipo de leitor-modelo. “O direcionamento, o endereçamento do enunciado é sua peculiaridade constitutiva sem a qual não há nem pode haver enunciado” (BAKHTIN, 2003, p. 305).

A existência de um leitor presumido é o que permite ao autor construir seu texto de uma forma a se inserir dentro de uma formação discursiva de referência desse leitor. A não inserção nesse sistema comprometeria o resultado da significação do texto. O autor, ao produzir o enunciado, pressupõe sempre uma atividade responsiva do leitor.

Vamos novamente à frase:

“[...] levava, em outubro daquele ano, um governo revolucionário chefiado por Lênin a distribuir terras com os camponeses (os sem-terra de lá) e a passar a administração das fábricas aos operários”.⁸

Ao inferir “os sem-terra de lá”, a autor não busca apenas mostrar o fato histórico, segundo o qual Lênin teria distribuído terras aos camponeses soviéticos. O discurso opera por comparação aos sem-terra do Brasil e evoca, a partir daquilo que “pode e deve ser dito”, o “todo complexo com dominante”, ou seja, articula o *interdiscurso*, aquilo que já está sempre aí, que já foi dito “antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 1988).

Dessa forma, ao introduzir o termo “os sem-terra de lá” o autor constroi um raciocínio comparativo com os sem-terra daqui. Faz isso a partir da articulação de uma memória discursiva, ou seja,

[...] aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2007, p. 52).

Assim, a memória discursiva não deve ser nunca entendida como uma “esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo” (Ibidem, p. 56). Ao contrário, Pêcheux afirma que a memória só consegue ser articulada como deslocamento, disjunções, retomadas e conflitos (2007).

Nesse sentido, a memória que o texto evoca acerca do enunciado *sem-terra*, refere-se ao *interdiscurso* segundo o qual os sem-terra daqui ocupariam uma posição de “não merecedores das terras”, tratando-se, portanto, de um contra-senso distribuir terras aos camponeses russos, os sem-terra de lá.

Se, como nos afirma Bakhtin, “cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva” (2003, p. 297), a expressão “os sem-terra de lá” está dirigida de forma a reforçar um discurso “já sempre aí” e o entendimento por parte do leitor depende da sua capacidade de articular um discurso ao outro e construir um sentido dessa *interdiscursividade*.

⁸ MENDONÇA, G. Uchoa. Invertendo a verdade. A GAZETA, Vitória, p. 3, 25 de jul. 2006.



Porque ele [autor] não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa, mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (BAKHTIN, 2003, p. 272).

No caso específico da expressão “os sem-terra de lá”, é interessante como ela aparece de forma quase despropositada, entre parênteses, como se fosse apenas uma referência pontual comparativa. E, mais relevante ainda, é ver como os enunciados concretos funcionam, de algum modo, como marcas que indicam no discurso sua asserção ideológica.

O mesmo poderá ser dito sobre a palavra *professor*, que, como já dito, aparece duas vezes entre aspas. O uso das aspas serve às vezes para destacar a palavra do conjunto do enunciado, uma forma de grifá-la. Outras vezes, serve para imprimir à palavra um sentido contrário, um antônimo. No texto, as duas funções são usadas de forma combinada e complexa, construindo assim, uma ambiguidade proposital de sentidos.

Enquanto enunciado concreto destacado entre aspas, a palavra joga com um aspecto da identidade do presidente Lula muito bem apropriada pelos discursos midiáticos: a de que ele não teria capacidade intelectual para assumir o cargo de presidente da República. Esse é um discurso recorrente na sociedade brasileira que aparece, geralmente, atrelada ao fato de o Lula não possuir formação acadêmica ou, às vezes, aparece na forma de comentário crítico a partir de alguma gafe ou depois de uma quebra de protocolo realizada por ele.

Neste caso, a palavra *professor* é construída trazendo de antemão o todo de uma enunciação já dita. As aspas servem como marcas, na medida em que sugerem a enunciação já dita como sendo contrária ao significado comum dado à palavra professor. Podemos concluir, a partir daqui, que existe um aspecto de ironia na forma como o autor constroi o texto, introduzindo e destacando a palavra professor.

Em relação ao enunciado *professor*, por outro lado, o autor também atribui à palavra seu significado literal, ou seja, *aquela que ensina, mestre*⁹. Atribui, dessa forma, ao presidente Lula, a sapiência e a posição de mestre de seu ofício. Segundo Bakhtin, a escolha das palavras, quando analisada dentro do próprio enunciado, revela também um estilo posto em prática pelo autor do texto. “Porque a própria escolha de uma

⁹ DICIONÁRIO Aurélio de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.



determinada forma gramatical pelo falante é um ato estilístico” (2003, p. 269). Os indícios do uso da palavra professor em seu sentido literal ficam evidentes na sequência que sucede o enunciado concreto no parágrafo.

“Tem pouco mais de 20 anos que o eminente “professor” Luiz Inácio Lula da Silva andava trepado em caixotes nas portas de fábricas do ABC [...] pulando de caixote para caixote, trepou no Palácio do Planalto [...]”¹⁰.

Nesta inserção a palavra professor antecede uma apresentação breve da história do presidente Lula, de como “pulando de caixote para caixote” chegou ao maior posto de dirigente do país, a Presidência da República. O título de professor atribuído a ele demonstra que é alguém que pode ensinar, pois conseguiu um feito histórico, considerado por muitos impossível dentro de uma sociedade como a brasileira. Na sequência do texto a palavra aparece novamente:

“Desde que assumiu o poder há quatro anos, até agora, os bens do “professor” saltaram de R\$ 422,9 mil para R\$ 839 mil [...]”¹¹.

Neste parágrafo, a introdução da palavra *professor*, destacada entre aspas, antecede a apresentação do valor de seus bens, que segundo o autor, duplicou em quatro anos. Aqui o enunciado concreto *professor* amarra um sentido da narrativa que coloca o presidente Lula na posição de “o melhor”, “o número um”, “aquele que sabe mais”. Como enunciado concreto, a palavra *professor* circula bastante na sociedade. Um bom exemplo é a forma como os jogadores de futebol, inclusive, os da Seleção Brasileira, atribuem aos técnicos dos times o título de professor, colocando-os num patamar de superioridade e num lugar de muito respeito pelo conhecimento que possuem.

Em todos esses casos não estamos diante de uma palavra isolada como unidade da língua nem como significado de tal palavra, mas de um enunciado acabado e com um sentido concreto – do conteúdo de um dado enunciado; aqui, o significado da palavra refere uma determinada realidade concreta em condições igualmente reais de comunicação discursiva (BAKHTIN, 2003, p.291).

¹⁰ MENDONÇA, G. Uchoa. Invertendo a verdade. A GAZETA, Vitória, p. 3, 25 de jul. 2006.

¹¹ Ibidem.



Mas voltemos ao texto. Estaria o autor elogiando a conduta do presidente Lula a partir do momento em que dá a ele a titulação de professor? Se observarmos atentamente a sequência das orações que sucedem o enunciado concreto professor, notaremos uma operação intradiscursiva, na qual em ambos os casos do uso há a presença de um sentido socialmente (moralmente) contestável. No 5º parágrafo, o autor completa a sequência de informações da seguinte maneira:

“[...] onde, mercê de seu carisma, do seu trabalho fecundo, da sua luta contra a ditadura de 64 e com aposentadoria por ter perdido o dedo mindinho da mão esquerda, passou a ter tempo de sobra para fazer política, com o objetivo exclusivo de conquistar a presidência da República”¹².

E completa com uma pergunta: “Para fazer o quê?”, que é respondida no parágrafo seguinte com a explicação do acúmulo de bens por parte do presidente nos quatro anos de seu governo, ainda que tal acúmulo “para quem vive às custas dos trouxas brasileiros, é uma mixaria”, na visão do autor. Ou seja, o autor utiliza o enunciado concreto *professor* para dizer que, em se tratando de conseguir coisas de modo fácil e até ilegal, Lula seria mestre.

Nos dois usos do enunciado professor, fica evidente o uso da ironia, ora como uma negação ao semântico, ora como uma abertura que pressupõe a emergência de outras interpretações. O enunciado irônico, assim, se apresenta como marca do autor e a segunda parte traz mais bem marcadamente a ironia como figura de estilo predominante, como mostra o trecho.

“A mania agora é falar mal do presidente, da grana que amealhou, como se ele não tivesse o direito de enriquecer também [...] Por que Lula não pode enriquecer também?”¹³.

O substantivo *mania* utilizado nesta construção remete à ideia de um modismo. Como se não passasse de mais um modismo falar mal do presidente. A sequência da frase com a inferência “como se ele não tivesse o direito de enriquecer também” e a conclusão do parágrafo, apresentado articulado ao recurso retórico do questionamento

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

“Por que Lula não pode enriquecer também?”, arrematam o sentido de ironia. É como se a pergunta fosse em si um deboche em relação àqueles que criticam o enriquecimento, tema central da tese defendida pelo autor.

Tomada ao pé da letra, a palavra *mania* encontra eco naquilo que os jornais de todo o Brasil traziam em suas páginas no primeiro semestre de 2006: as manchetes do escândalo do “Mensalão”, envolvendo políticos do alto escalão do governo Lula. Em outras palavras, a ironia só pode ser assim interpretada nas condições históricas de sua produção, no contexto de sua enunciação e porque o autor presume a existência de um destinatário capaz de compreendê-la como tal.

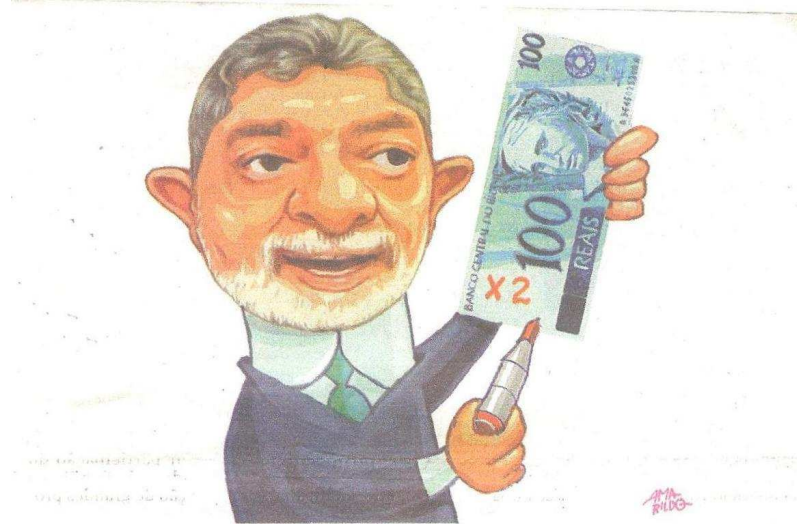
Assim, o dizer pelo não dito literalmente, a negação ou ocultação do sentido explícito e o afloramento de um sentido implícito são marcas de uma ironia que só é possível de ser compreendida a partir da articulação dos implícitos. Nos dois casos, é possível perceber a articulação de uma memória discursiva, que aparece como uma regularidade. Sendo essa entendida como “um termo operador que comanda um certo número, fixo, de posições”, que permitem designar “lá onde elas não são explicitamente instanciadas, os tipos de implícitos por que elas clamam” (ACHARD, p.14).

A IMAGEM

Nas matérias jornalísticas, as imagens cumprem uma função essencial de colocar o leitor mais perto dos fatos, no papel de testemunha ocular. A imagem jornalística é quase sempre usada como uma prova indiscutível de que tal fato realmente aconteceu. Não por acaso, a imagem acaba exercendo sobre o imaginário social papel de operadora deste imaginário, uma vez que se coloca como verdade acima de suspeitas.

A imagem é um importante operador da memória coletiva (BARBOSA, 2003), na medida em que atua com elementos sógnicos potencialmente mais facilmente reconhecíveis do que o texto verbal. Elas podem dizer algo por si só, ou podem servir para reforçar um pensamento presente no texto verbal.

No caso da imagem do presidente Lula desenhada pelo cartunista Amarildo, que acompanha o texto verbal “Invertendo a Verdade”, podemos dizer que ela atua de forma decisiva para o arremate final do sentido do enunciado. Ela incide, mais precisamente, sobre o imaginário social, na medida em que opera com elementos de fácil entendimento, alienando qualquer dúvida de sentido que possa ter sido deixada pelo texto verbal.



Invertendo a verdade

UCHÔA DE MENDONÇA

Isoladamente, a imagem poderia não passar a mensagem pretendida pelo conjunto do enunciado. Já que o ato de multiplicar por dois uma quantia poderia significar, em outras situações verbais, o aumento dos gastos do governo ou, até mesmo, o aumento do salário mínimo. No caso em questão, ela serve para afirmar o enunciado verbal segundo o qual os bens pessoais do presidente Lula duplicaram em quatro anos de governo.

Segundo Jean Davallon (2007), a imagem é uma produção cultural e como tal possui sua eficácia simbólica. Essa eficácia das imagens está fundamentada em duas características, uma delas é o fato de a compreensão semântica da imagem independe dos pormenores da compreensão das unidades de sua significação. Assim, teríamos a compreensão de um “sentido global antes de reconhecer a significação dos elementos” (Ibidem, p. 31).

A charge do cartunista Amarildo exemplifica muito bem este efeito de força. Ela mostra o presidente Lula segurando uma nota de R\$ 100,00 (cem reais). Com a outra mão ele segura uma caneta com a qual escreve na nota $x 2$. O sinal “ x ” representa neste caso uma operação matemática, mostrando que Lula multiplicou ou vai multiplicar por dois a quantia representada pela nota.

Embora esses elementos possam ser apresentados, eles não permitem a apreensão dos componentes ou das unidades de significação da imagem. E é justamente essa dificuldade de se identificar os componentes de origem da imagem que implicam

no apagamento da gênese e na reconstrução de uma origem mítica que reintroduz na imagem um efeito de força viva (DAVALLON, 2007, p. 31).

Outra questão relevante é a cor da caneta utilizada pelo presidente para marcar a duplicação do valor. A cor vermelha, nesse caso, além de cumprir sua tarefa estética de destaque – já que o desenho envolve uma coloração azul, o risco em vermelho chamaria mais a atenção do leitor – cumpre também uma tarefa de mobilizadora da memória, na medida em que faz eco com todo um imaginário da esquerda construído no Brasil. A cor vermelha neste caso é a cor das *esquerdas* citadas no texto verbal.

CONCLUSÃO

O enunciado é concluído de forma que o leitor é conduzido a endossar a tese inicial do autor, segundo a qual o enriquecimento seria um valor, uma verdade, que vem sendo ao longo dos séculos invertida pelas *esquerdas*. A partir dos recursos expostos, o autor está desqualificando as esquerdas, ao mesmo tempo em que desqualifica o presidente Lula como alguém que – ainda que pertença ao campo moral das esquerdas – enriqueceu.

A construção deste discurso é estabelecida a partir de dois trabalhos que articulam entre si o discurso opinativo baseado no discurso da História – com a articulação de fatos históricos intercalados de forma a constituir uma noção de verdade dos fatos – e por meio de uma operação de articulação de uma memória que permite, sobretudo, compreender os implícitos que se instalam por meio das regularidades discursivas e posicionar o leitor de forma a compreender a enunciação irônica presente no texto.

Quando falamos de uma articulação da memória não estamos simplesmente retomando um acontecimento que remonta a um passado muito bem guardado, muito menos estamos considerando a memória no sentido psicologista de “memória individual” (PÊCHEUX, 2007). Aqui essa memória é reconstruída a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social.

O sujeito-leitor é sempre levado a interpretar seguindo algum dos fios condutores que o levam a construir esse ou aquele sentido. Os sentidos são constituídos, entre outras coisas, pela capacidade do texto de articular com maior ou menor proporção a memória discursiva do leitor. Assim, os meios de comunicação acabam sendo importantes instrumentos de reconstrução destes dados e noções, operando assim numa articulação dessa memória social.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva de sentido. In: ACHARD, Pierre... [et. al.]. *Papel da Memória*. Tradução: José Horta Nunes. 2ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____ *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2003. p. 261-306.

_____. Discurso na vida e discurso na arte. Tradução de Cristóvão Tezza para uso didático. ORIGINAL: VOLOSHINOV, V. N. Discourse in life and discourse in art (concerning sociological poetics). In: *Freudianism. A marxist critique*. New York Academic Press, 1976. (Trad. do russo de I. R. Titunik).

_____. *Problemas da Poética de Dostoievski*. Tradução de Paulo Bezerra. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008.

BARBOSA, P. L. N. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz. 2003

DAVALLON, J. A Imagem, uma arte de memória. In: ACHARD, Pierre... [et. al.]. *Papel da Memória*. Tradução: José Horta Nunes. 2ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ECO, Umberto. O leitor-modelo. In: *Lector in fabula. A cooperação interpretativa nos textos narrativos*. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva. 2002. p. 35-49.

FERNANDES, T. F. T. D. Gêneros discursivos integrados em mídias diferenciadas. In: *Revista USP* nº 70. 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. In: *Comunicação Mídia e Consumo*. São Paulo: Editora ESPM. Vol. 4. 2007.

MENDONÇA, G. Uchoa. Invertendo a verdade. Publicado no caderno de Opinião do jornal A GAZETA. Espírito Santo. 25 de julho de 2006.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. 3ª Edição. Campinas. SP: Editora da Unicamp. 1997.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre... [et. al.]. *Papel da Memória*. Tradução: José Horta Nunes. 2ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.